



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº. 0203982-3 - SERRA TALHADA - VARA CRIMINAL.

174

IMPETRANTE: VINÍCIUS NUNES NOVAES.

PACIENTE: IVONALDO MANOEL DE MELO.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO.

PROCURADOR: GERUSA TORRES DE LIMA.

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. PROCESSO COM TRAMITAÇÃO REGULAR. ALONGAMENTO DA INSTRUÇÃO DENTRO DA RAZOABILIDADE. PEDIDO DE EXTENSÃO DE BENEFÍCIO. NÃO CONHECIMENTO. WRIT DEFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. À UNANIMIDADE, ORDEM DENEGADA QUANTO AO EXCESSO DE PRAZO, E, NO TOCANTE AO PEDIDO DE EXTENSÃO, WRIT NÃO CONHECIDO.

1 - Os prazos processuais não são peremptórios. Servem, na verdade, como parâmetros ou guias para o desfecho da instrução criminal, já que, segundo pacífico entendimento jurisprudencial, a análise de excesso prazal deve sempre ser feita à luz do princípio da razoabilidade.

2 - No caso em apreço, embora ultrapassado o prazo aritmético estipulado no diploma legal, o alongamento da instrução não resulta de negligência do magistrado processante, o qual vem empreendendo esforços significativos à rápida conclusão do processo, tanto que o término da instrução se avizinha, claro sinal de que o feito vem tramitando regularmente, sem retardos injustificados.

3 - Sem a cópia do decreto constitutivo do paciente, tampouco ementa do julgado paradigma, mostra-se incognoscível o pleito de extensão.

4 - Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0203982-3**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente o writ e, nessa extensão, denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

M



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

175

HABEAS CORPUS Nº. 0203982-3 -SERRA TALHADA- VARA CRIMINAL.

IMPETRANTE: VINÍCIUS NUNES NOVAES.

PACIENTE: IVONALDO MANOEL DE MELO.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA.

RELATÓRIO:

Vinícius Nunes Novaes, advogado, impetrou Habeas Corpus Liberatório em favor de Ivonaldo Manoel de Melo, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Criminal de Serra Talhada.

Sustenta, em síntese, que o paciente, preso preventivamente pela prática de tentativa de homicídio, está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, pois, a despeito de preso desde 16/01/2009, ainda não sobreveio o término da instrução criminal.

Acrescenta, também, que a prisão cautelar é desnecessária, tanto que este Tribunal de Justiça, através do julgamento do HC nº 158431-4, concedeu liberdade provisória a um dos co-réus.

A autoridade coatora prestou informações às fls.23/25.

A Procuradora de Justiça, Geresa Torres de Lima, ofertou parecer, manifestando-se pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Dr. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.
Relator.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº. 0203982-3 -SERRA TALHADA- VARA CRIMINAL.

IMPETRANTE: VINÍCIUS NUNES NOVAES.

PACIENTE: IVONALDO MANOEL DE MELO.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA.

176

VOTO:

Conforme relatado, trata-se de Habeas Corpus impetrado por Vinícius Nunes Novaes em favor de Ivonaldo Manoel de Melo, alegando, em síntese, que o paciente, preso preventivamente pela prática, em tese, de tentativa de homicídio, está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Investe também contra a prisão cautelar, ao argumento de que já foi concedida liberdade provisória a um dos co-réus, que desfruta da mesma situação processual.

Após análise detida da documentação acostada aos autos, especialmente as informações prestadas, não me convenci acerca da coação ilegal aventada na inicial.

Sabe-se que apenas a demora injustificada na formação da culpa configura constrangimento ilegal.

Os prazos processuais não são peremptórios. Servem, na verdade, como parâmetros ou guias para o desfecho da instrução, já que a constatação de excesso prazal deve, sempre, ser feita à luz do princípio da razoabilidade.

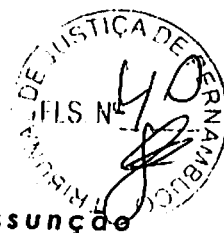
No caso em apreço, embora ultrapassado o prazo aritmético estipulado no diploma legal, o alongamento da instrução criminal não resulta de negligência do magistrado processante.

Através de consulta ao sistema eletrônico de acompanhamento processual (JUDWIN), observo que a fase instrutória já se encerrou, abrindo vista o magistrado às partes para oferecimento de alegações finais.

A primeira fase do procedimento do júri, portanto, encaminha-se para seu término, motivo pelo qual não vislumbro, na hipótese, violação ao princípio da razoabilidade.

A corroborar nosso entendimento, trago precedente do STJ:

Ap



PODER JUDICIÁRIO 177
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA. RESISTÊNCIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA.

I - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ).

II - Dessa forma, o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando houver demora injustificada (Precedentes).

III - No caso em tela, a ação penal vem se desenvolvendo regularmente, em observância aos prazos legais, não havendo que se falar, por ora, em eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Ordem denegada. (HC 124739/CE; Hábeas Corpus, Rel.: Min.Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 24/03/2009, DJ 27/07/2009, Superior Tribunal de Justiça).

Por fim, quanto ao pleito de extensão, assento que o writ não foi devidamente instruído pelo impetrante.

Não há sequer cópia do decreto construtivo do paciente, tampouco ementa do julgado paradigma, razão pela qual, sem delongas, entendo que a matéria ventilada se mostra incognoscível.

ISTO POSTO, em consonância com o parecer da procuradoria de justiça, meu voto é pela denegação da ordem quanto ao excesso de prazo e, no tocante ao pedido de extensão, pelo não-conhecimento do writ.

É COMO VOTO.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.
Relator.